

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

5026 – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS -TIPO A

FRASE: A EDUCAÇÃO É O NOSSO PASSAPORTE PARA O FUTURO.

(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo 100 (cem) questões objetivas, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4h (quatro horas).
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo Idecan;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para os itens 1 a 20

Maria Felipa liderou baianas na luta contra soldados portugueses

	<p>Não há festa de largo, roda de capoeira e roda de samba na Bahia sem um canto que faça saudações às mulheres que tiveram participações decisivas nas lutas pela independência do Brasil na Bahia.</p>
5	<p>Em "Marias Capoeiras", um dos sambas que homenageiam Maria Felipa de Oliveira, Sara Abreu canta: "Solta a mandiga aê, angoleira/ solta a mandiga á, angolá/ na roda da capoeira/ volta e meia vamos dar/ negras, índias e caboclas/ anciãs e feiticeiras/ guerreiras e capoeiras [...] e a Maria Felipa/ da Ilha de Itaparica/ pela Bahia lutou".</p>
	<p>Até chegar a esse lugar privilegiado da cultura do povo, Maria Felipa construiu uma das mais belas trajetórias entre as mulheres guerreiras da história do Brasil.</p>
10	<p>Segundo Oliveira Lima (1922), a Divisão Auxiliadora se posicionou no Rio de Janeiro no início de 1822 com 2.000 portugueses para obrigar dom Pedro 1º a retornar a Portugal, conforme determinações das Cortes de Lisboa.</p>
	<p>O insucesso da operação fez com que Portugal concentrasse seus esforços na província da Bahia para tentar dividir o território do Brasil em duas partes – ocuparia Salvador para, dali, reocupar o Rio.</p>
15	<p>Para tanto, os portugueses derrotados da Divisão Auxiliadora foram enviados à Bahia para se somar aos quase 2.500 soldados mandados por Portugal. Para vencer a guerra em Salvador, as tropas portuguesas deveriam dominar dois lugares estratégicos da província: a ilha de Itaparica e o rio Paraguaçu.</p>
	<p>Maria Felipa foi fundamental para impedir os planos das tropas portuguesas. Mulher negra, livre, marisqueira, capoeirista, moradora de Itaparica e conhecedora do rio Paraguaçu, principal via de comunicação entre Salvador e o Recôncavo Baiano, ela rapidamente se engajou nas lutas como voluntária.</p>
20	<p>Começou remando durante a madrugada no Paraguaçu para levar mantimentos e informações sobre a guerra obtidas nas rodas de capoeira para a resistência baiana que estava em Cachoeira. Voltava com munições para impedir que os portugueses tivessem acesso ao rio e cercassem o comando das tropas baianas.</p>
	<p>Sem acesso ao rio, os portugueses decidiram invadir Itaparica para fechar o acesso à Baía de Todos os Santos e conquistar Salvador. Dominar a ilha era fundamental para que os portugueses obtivessem alimentos, pois as tropas baianas tinham feito uma barreira em Pirajá, única via de acesso ao Recôncavo por terra.</p>
25	<p>Diante do perigo, Maria Felipa não teve dúvida: organizou um Exército de mulheres insulanas, conhecidas como "vedetas", para vigiar a movimentação das embarcações portuguesas nas praias.</p>
	<p>Quando os portugueses desembarcaram na ilha, elas formaram um cerco e lutaram com facas e folhas de cansaço, uma folha urticante que causa queimaduras na pele.</p>
30	<p>Surrados pelas vedetas, os portugueses correram de volta para suas embarcações com a intenção de ganhar tempo para um contra-ataque. Para garantir que eles não voltassem a pisar na ilha, o grupo liderado por Maria Felipa entrou no mar e ateou fogo nas embarcações, destruindo duas delas e obrigando os portugueses a recuar.</p>
	<p>Com seu conhecimento de estratégia militar, ela fez mais: garantiu a vitória das tropas baianas. Quando ela e as vedetas bloquearam o acesso ao rio Paraguaçu e protegeram Itaparica, os portugueses foram derrotados e ficaram sitiados em Salvador sem alimentos até serem expulsos em 2 de julho de 1823.</p>
35	<p>A vitória baiana representou um momento de inflexão das lutas pela independência do Brasil a partir do qual a ruptura definitiva com Portugal era questão de tempo.</p>
40	<p>Nesse momento, ocorreu a adesão do setor dominante da província ao projeto de uma monarquia constitucional centralizadora de dom Pedro 1º, fortalecendo a abertura da Constituinte, em 3 de maio de 1823. Havia a promessa de que a centralização não comprometeria a autonomia política local e a preservação dos interesses há muito conquistados, como a manutenção do escravismo.</p>
	<p>O início dos trabalhos constituintes, no entanto, não significou o fim das lutas sangrentas, que aconteceram nas chamadas províncias do norte e do nordeste até 1825.</p>
45	<p>As lutas pela independência contaram com a adesão dos setores populares dessas províncias – indígenas, homens e mulheres escravizados e livres. Eles viram nesses conflitos a possibilidade de construção de um Estado com viés republicano e conquistas de liberdade, participação política e melhores condições de vida.</p>
	<p>Sentindo-se traídos pela monarquia, esses grupos continuaram lutando por direitos como na Revolta dos Periquitos, na Bahia, e na Confederação do Equador, ambas violentamente reprimidas pelas tropas de dom Pedro 1º, em 1824.</p>
	<p>Abundam nos arquivos brasileiros relatos sobre o perigo da luta política por direitos das populações negras escravizadas e livres, cobrando ações para contê-las e fazê-las retornar ao trabalho.</p>
50	<p>Por isso, não bastou punir as lideranças dos movimentos que questionavam o projeto monarquista. Foi preciso apagar da história o rastro da experiência da luta de um contingente enorme por cidadania.</p>
	<p>Isso explica em parte a ausência de relatos nas obras históricas durante o século 19 e boa parte do século 20 sobre a arguta estratégia de Maria Felipa, mulher negra e livre, e seu papel na derrota das tropas portuguesas na Bahia, bem como o papel central da província para a consolidação da independência do Brasil, após 1823.</p>

55	<p>Outra explicação para o apagamento é que, segundo os contemporâneos, ela continuou desafiando moral e politicamente os padrões da época ao liderar a luta por direitos da população insulana até a sua morte, em 1873.</p> <p>Em 1921, o literato e deputado federal Xavier Marques publicou o romance "O Sargento Pedro". Nele, em meio às lutas pela Independência em Itaparica, uma "mulher agigantada, com a camisa descahida, as costas lavadas de suor, os cabelos revoltos, [que] agitava-se à frente da turba, com [um] homem preso pela gola da vestia, e sempre a gritar: – Canta! Senão te mato... Canta... 'Havemos de comer/Marotos com pão".</p>
60	<p>Sua coragem e liderança começaram a ser valorizadas duas décadas depois, em 1942, nas obras de Ubaldo Osório Pimentel (1883-1974), nascido e criado em Itaparica, pai de uma menina de nome Maria Felipa e avô materno de João Ubaldo Ribeiro (1941-2014).</p> <p>Em "A Ilha de Itaparica" e "A Ilha de Itaparica, História e Tradição", o autor descreve Maria Felipa como uma "creoula estabanada, alta e corpulenta que usava torço e saia rodada [...] gozava de uma grande popularidade entre os praiheiros que admiravam o desassombro e a [sua] coragem".</p>
65	<p>João Ubaldo Ribeiro inverteu as características que criminalizaram Maria Felipa no início do século 20 para avançar no caminho aberto nas obras do seu avô e retratá-la, em 1986, como Maria da Fé, a protagonista do livro "Viva o Povo Brasileiro", pulsante, cheia de energia para as lutas travadas desde a infância.</p> <p>Eny Kleyde Vasconcelos de Farias, em "Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência da Bahia" (2010), retomou as trilhas abertas por Edith Mendes Gama e Abreu, que, em 1973, havia escrito sobre Maria Felipa em "Aspectos do 2 de Julho", destacando sua extraordinária coragem na batalha do rio Paraguaçu.</p>
70	<p>A inclusão da imagem de Maria Felipa em 2008 no cortejo do Dois de Julho, junto a outros heróis da Independência, aumentou a visibilidade da sua trajetória. Foi considerada matriarca da Independência de Itaparica, título que a colocou no panteão das heroínas brasileiras.</p> <p>Em 2005, a professora Filomena Oge a desenhou, com base na tradição oral, nos documentos utilizados nas obras de Ubaldo Osório e nos traços de pessoas que se afirmam como descendentes. Para a professora, Maria Felipa provavelmente era filha de sudaneses, descritos como "altos, bem formados [...] robustos física e intelectualmente".</p>
75	<p>O resgate da história dela nas lutas pela independência do Brasil na Bahia e a construção dessa memória pela população nos levam a mobilizar discussões em torno de uma questão: qual independência estamos comemorando neste bicentenário?</p> <p>A independência como uma repressão bem-sucedida de dom Pedro 1º e das elites locais, que se alinham ao projeto de uma monarquia centralizadora ao preço da manutenção do escravismo como política do Estado que surgia e da brutal violência contra homens e mulheres que continuaram nas ruas, lutando por direitos?</p>
80	<p>Ou a independência como uma revolução abortada nas várias guerras com participação de um contingente enorme de indígenas, homens e mulheres, como Maria Felipa, que abandonaram a própria vida pela expectativa de um país com mais oportunidades?</p> <p>Recordar a luta de mulheres como Maria Felipa significa convocar a força que as fez protagonistas de suas vidas para nos livrar da tirania em momentos cruciais da nossa história. Não será diferente em 2022, sabemos.</p>
85	

(Patrícia Valim. Professora do Departamento de história da UFBA (Universidade Federal da Bahia) em cooperação técnica com a Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto). Marianna Teixeira Farias. Bacharel em história pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e mestranda em história social. Ilustríssima. Folha de S.Paulo, 5.set.2022)

<p>Em relação às ideias, sentidos e análise do texto, julgue os itens a seguir:</p> <p>1. A ausência de Maria Felipa nas obras historiográficas se dá por uma atitude repressora contra movimentos que pudessem evocar a cidadania e os direitos das populações negras, tanto escravizadas quanto livres.</p> <p><input type="checkbox"/> VERDADEIRO <input type="checkbox"/> FALSO</p>	<p>3. Oficialmente Maria Felipa foi alçada a heroína somente no século XX.</p> <p><input type="checkbox"/> VERDADEIRO <input type="checkbox"/> FALSO</p> <p>4. O texto se classifica principalmente como descritivo-narrativo.</p> <p><input type="checkbox"/> VERDADEIRO <input type="checkbox"/> FALSO</p>
<p>2. A figura de Maria Felipa ressurgue numa releitura histórico-literária praticamente um século depois do processo histórico da Independência.</p> <p><input type="checkbox"/> VERDADEIRO <input type="checkbox"/> FALSO</p>	<p>5. O enredo da obra citada de João Ubaldo Ribeiro se constrói como continuidade das narrativas do seu avô.</p> <p><input type="checkbox"/> VERDADEIRO <input type="checkbox"/> FALSO</p>

6. O penúltimo e o antepenúltimo parágrafos do texto se constroem numa relação antitética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

7. Pela palavra “inflexão” (linha 34) entende-se a ideia de “recrudescimento”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir:

8. O termo “Paraguaçu” (linha 32) desempenha função sintática idêntica à de “Xavier Marques” (linha 56).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

9. O contrário de “bem-sucedida” (linha 81) é “mal-sucedida”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

10. Em “Até chegar a esse lugar privilegiado da cultura do povo, Maria Felipa construiu uma das mais belas trajetórias entre as mulheres guerreiras da história do Brasil” (linhas 6 e 7), há seis artigos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

11. Na linha 54, “moral” desempenha papel adjetivo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

12. Na linha 20, “das tropas baianas” desempenha função sintática de adjunto adnominal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

13. Em “nos traços de pessoas **que** se afirmam como descendentes” (linha 76), o QUE se classifica como pronome relativo e exerce função sintática de sujeito.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

14. O demonstrativo (n)**este** (linha 79) desempenha papel dêitico.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

15. Em “Independência” (linha 73), há dez fonemas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

16. No período “João Ubaldo Ribeiro inverteu as características que criminalizaram Maria Felipa no início do século 20 para avançar no caminho aberto nas obras do seu avô e retratá-la, em 1986, como Maria da Fé, a protagonista do livro ‘Viva o Povo Brasileiro’, pulsante, cheia de energia para as lutas travadas desde a infância” (linhas 66 a 68), há duas orações subordinadas adverbiais e uma coordenada sindética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

17. Em “...as tropas portuguesas deveriam dominar dois lugares estratégicos da província: a ilha de Itaparica e o rio Paraguaçu” (linhas 13 e 14), o sinal de dois-pontos introduz uma explicação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

18. Em “monarquia constitucional” (linha 36), ambas as palavras são formadas por derivação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

19. Na linha 6, também seria adequado à norma culta escrever “chegar nesse lugar”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

20. No período “Sem acesso ao rio, os portugueses decidiram invadir Itaparica para fechar o acesso à Baía de Todos os Santos e conquistar Salvador. Dominar a ilha era fundamental para que os portugueses obtivessem alimentos, pois as tropas baianas tinham feito uma barreira em Pirajá, única via de acesso ao Recôncavo por terra” (linhas 21 a 23), há duas locuções verbais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
------------------------------	--

21. A Constituição Federal, no caput de seu art. 37, define que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem seguir uma série de princípios, dentre eles o da, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

22. À luz da Constituição Federal, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, com exceção dos que cumpram os requisitos para convocação especial.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

23. O art. 37, XVI da Constituição Federal trata da vedação da acumulação de cargos públicos, porém, há ressalvas, como no caso do cargo de professor. Pautado em tal ressalva, Pedro Tenório, professor da prestigiada “Universidade Federal A” assumiu cargo, também de professor nas universidades “B” e “C”. A situação apresentada não fere o mandamento constitucional caso haja compatibilidade de horário na prestação do serviço.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

24. Paulo Kazin é servidor público federal, acumulando mais de 20 anos de serviço no mesmo órgão. No intuito de “mudar de ares”, juntou-se com mais 3 amigos e montou uma sociedade privada, na qual assumiu a administração. Paulo foi imediatamente alertado por um colega de trabalho de que tal conduta seria vedada pela lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Paulo prontamente se defendeu, afirmando que não há óbice em assumir a administração de sociedade privada, desde que haja compatibilidade de horário. A resposta de Paulo Kazin está correta, porque vai ao encontro da normativa que rege a matéria, não havendo prejuízos ao serviço público decorrentes da atividade exercida.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

25. Agnaldo Beluga é servidor público federal e, conhecedor de seus limites, direitos e proibições, nunca atuou como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, porém, sua irmã Suzane Beluga, devido a graves problemas de saúde, precisa buscar auxílio previdenciário. Agnaldo, como sempre prestativo, opta por atuar como procurador de sua irmã, afirmando que a proibição constante em lei não afeta a atuação como procurador quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro. O entendimento explanado por Agnaldo é correto, sendo esta uma exceção a proibição do art. 117, XI da Lei 8.112/90.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

26. O Diretor de determinado departamento de órgão da administração pública federal determina a um motorista, também servidor público concursado, que o leve ao aeroporto, para uma viagem de férias e o busque 15 dias depois no mesmo local. A ação praticada pode ser considerada como a de desviar servidor público para atendimento a interesse particular, clara infração ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

27. O decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal prevê expressamente que toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

28. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito, dentre outras cominações possíveis, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

29. Nos termos impostos pela lei 8.429/92, se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos, até porque, em que pese se tratar da mesma situação, as esferas mencionadas são independentes entre si.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

30. A lei que Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa é clara ao definir que o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

31. Em análise ao teor da Lei Federal nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, é possível verificar que o art. 9º é didático ao definir que O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante seleção individualizada da Chefia Imediata, levando em conta unicamente os títulos e experiência de cada candidato.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

32. A lei Federal nº 13.709/2018, ao tratar do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes define que este deve ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, ou seja, dispensa-se o consentimento de ambos os pais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

33. O Estatuto da Universidade Federal da Bahia – UFBA define em seu art. 10º o que constitui patrimônio da Universidade, listando em seus três incisos: I - bens e direitos adquiridos ou que venha a adquirir; II - doações, legados e heranças regularmente aceitos, com ou sem encargo; III - saldos dos exercícios financeiros transferidos para a conta patrimonial, vedando, como medida de preservação da moralidade administrativa, a alienação ou permuta de bens, mesmo que a medida tenha por objetivo à valorização do seu patrimônio.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

34. A estrutura da Universidade Federal da Bahia – UFBA é composta por Órgãos Superiores de Deliberação, de Administração Central, de Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Controle e de Fiscalização e Supervisão. Tomando por base tal premissa, é possível afirmar que São Órgãos Superiores de Deliberação da UFBA: o Conselho Universitário; Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselhos Acadêmicos e a Assembleia Universitária.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

35. Ao tratarmos dos Processos Administrativos, regulados pela Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, temos que o órgão competente perante o qual tramita o processo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, respeitando, em qualquer caso, a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento. Caso ocorra o desatendimento da intimação, tal conduta importará no reconhecimento da verdade dos fatos e renúncia ao direito pelo administrado, conforme previsão expressa do art. 27 do mencionado códex, assemelhando-se, desta forma, ao instituto da revelia.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

36. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, denominada como lei de licitações, define as regras que devem ser observadas para as aquisições promovidas por órgãos públicos, definindo, como modalidades de licitação, o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o dialogo competitivo. No que tange a modalidade concorrência, não se exigirá registro cadastral prévio e não terá fase de habilitação, devendo ser homologado assim que concluída a fase de lances na forma definida no edital.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

37. Quanto ao acesso a informação, podemos afirmar que a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, em se tratando de informações definidas como “ultrassecetas”, é de competência exclusiva do Presidente da República e, em sua falta, do Vice-Presidente da República.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

38. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, em seu art. 75, dispõe sobre as hipóteses em que é dispensável a licitação. Determinado órgão público, necessitando promover serviços de manutenção de veículos automotores de sua frota, apura que tais serviços terão o custo de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais). José dos Santos, servidor responsável por dar seguimento a pretendida contratação, aponta que não há óbice em prosseguir com a pretensão por meio de processo de dispensa de licitação. A afirmação de José dos Santos vai ao encontro da normativa vigente, até porque, a lei é clara ao definir que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no caso de manutenção de veículos automotores.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

39. Com base nas informações contidas na Lei de Acesso à Informação (12.527/11), quanto a atribuição de responsabilidade, podemos afirmar categoricamente que constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar, o ato de recusar a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

40. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, observando a sua disponibilidade, autenticidade e integridade, vedada a imposição de restrição de acesso em qualquer caso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41. O correio eletrônico é uma das ferramentas mais antigas da Internet. Julgue a seguinte afirmação: a implementação tradicional do correio eletrônico segue o modo síncrono com base no funcionamento de redes P2P (Peer to Peer).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

42. O Microsoft Excel é o editor de planilhas mais utilizado no mundo. Considere uma planilha Excel com a célula A1 com valor numérico 5, a célula B1 também com valor numérico 5 e a célula C1 com conteúdo “=SE(B1>A1;0;1)”. O valor da célula C1 será o número 1.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

43. O sistema operacional Windows é o mais utilizado no mundo. Considere o Windows 10 em português e sem alterações para julgar a seguinte afirmação: um arquivo apagado por meio da confirmação em caixa de diálogo das teclas Shift + Del não poderá ser recuperado com as ferramentas do Windows, mas poderá ser recuperado usando ferramentas de outros fabricantes.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

44. Os computadores usam placas de rede para ter acesso à Internet. Existem placas de rede de conexões Wi-fi, cabeadas, Bluetooth, etc. Um exemplo correto de endereço físico de placa de rede Bluetooth é o 192.168.0.1.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

45. Os navegadores de Internet foram inicialmente codificados para abrir sites da internet que usam protocolos como http e https. Considere que um usuário usa o navegador Google Chrome na versão 90 ou superior. Esse usuário poderá abrir e visualizar uma foto digital em formato PNG no navegador.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

46. Existem diversos sites de busca e pesquisa na Internet que rastreiam os dados inseridos pelo usuário. Julgue a seguinte afirmação: o buscador DuckDuckGo não armazena histórico de busca e não atrela uma consulta realizada ao seu endereço IP mesmo utilizando um navegador que não está no modo anônimo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

47. Um administrador de redes deseja proteger todos os computadores de uma rede bloqueando acesso a vários sites que ele considera que devem ser proibidos. O administrador de redes fica na dúvida em usar um antivírus, um firewall de rede ou um antispymware. O melhor aplicativo de segurança que deve ser utilizado pelo administrador de redes é um antivírus.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

48. Uma empresa teve os cabos de fibra óptica cortados por criminosos que confundiram esses cabos por cabos de cobre. O resultado imediato desse incidente resultou na queda de Internet na sede da empresa. A empresa teve o princípio de confidencialidade violado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

49. Um funcionário de uma empresa liga o computador no início do expediente e verifica que surge uma mensagem que solicita um pagamento em Bitcoins ao tentar abrir os arquivos do computador, impossibilitando a leitura e edição desses arquivos. Julgue a seguinte afirmação: o malware que infectou o computador é um ransomware.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

50. Uma empresa leva muito a sério o backup de dados por conta dos últimos acontecimentos de Ransomware. A empresa decide realizar o backup de todos os dados uma vez por dia de segunda-feira a sexta-feira em unidades de armazenamento diferentes. A empresa realiza o backup conhecido como diferencial.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, direciona em linhas gerais a formação do professor da Educação básica. Diz que, “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. Analise as questões 51 a 54.

51. É de responsabilidade da União e dos estados em regime de colaboração, a promoção da formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

52. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

53. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

54. Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

55. Quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação, estas devem estimular que o processo de oferta das disciplinas se articule com o ambiente profissional, de modo integrado, de forma que seja assegurada a aproximação entre as atividades práticas e as dimensões teóricas das respectivas disciplinas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

56. A integração entre pesquisa, ensino e extensão universitárias facilita a formação do profissional e sua vida acadêmica. Esse tripé integrado permite ao acadêmico se inserir nos diferentes cenários, sendo alicerce na formação, proporcionando uma visão diferenciada da profissão.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

57. O Projeto Político Pedagógico-PPP é apenas um documento formal, que para sua elaboração pede a participação do gestor, professores e funcionários, para se pensar os métodos e técnicas que irão abordar os professores numa perspectiva organizada.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

58. Devem ser princípios do PPP: a participação, a gestão democrática, a autonomia e o trabalho coletivo. Lembrando que participar implica em assumir a responsabilidade conjunta, possibilitando o diálogo necessário à elaboração de um plano de ação coletiva. Atenção com a pseudoparticipação, que são aqueles que apenas estão presentes, mas sem engajamento ou envolvimento pleno com essa construção.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

59. A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, sendo de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação - MEC.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

60. Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que consigam assegurar especialmente a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

61. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* - PCN são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que tem como objetivo principal *orientar os educadores* por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina e tem alcance tanto para rede pública quanto para rede privada de ensino.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

62. No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, onde é indispensável para o profissional o domínio e manejo somente de conteúdo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

63. A gestão pedagógica contempla a atualidade dos processos pedagógicos, a contextualização de seus conteúdos em relação à realidade, os métodos de sua efetivação, a utilização de tecnologias, a dinâmica de sua realização e a sua integração em um currículo coeso são algumas das responsabilidades dessa gestão.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

64. A inovação é um dos aspectos relevantes para os projetos educacionais, porque pode contribuir para o planejamento dos professores e da escola quanto a versatilidade para adaptações à realidade que estão introduzidos na formatação do projeto e sua harmonia.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

65. A BNCC apresenta 10 competências gerais da Educação Básica, entre elas estão: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade; continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

66. BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

67. Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em duas áreas de conhecimento: Linguagens e Ciências da Natureza.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

68. Ao se pensar os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs da Instituição de Educação Superior devem conter elementos, entre estes estão os seguintes: perfil do egresso; estrutura curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes e recursos materiais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

69. As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas junto com os Jesuítas a partir de 1500.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

70. Com a evolução, já no século XX, especialmente a partir da década de 1940, a Igreja Católica optou pela criação de universidade própria, que no momento seguinte se transformou em uma rede de universidades católicas no país.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

71. A organização e gestão da educação superior tem como um dos componentes a gestão estratégica, que deve ser um processo contínuo e adaptativo, onde a organização define (e redefine) missão, objetivos e metas, estratégias e meios para atingir os objetivos considerando o tempo e o contexto.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

72. De acordo com a Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2017, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, dia que os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

73. A Universidade Federal da Bahia, considerando o seu caráter público e a sua grande diversidade interna, tem a missão de produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

74. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, é o Conselho responsável por estabelecer, anualmente, o Calendário Acadêmico, fixar normas e deliberar sobre políticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão e apreciar propostas de programas estratégicos que articulem essas três áreas. É de competência do CONSEPE a regulamentação de aspectos inerentes às interfaces entre as distintas éticas acadêmica, pedagógica, profissional e de pesquisa e também o julgamento, em grau último de recurso, de processos referentes a decisões em primeira instância dos Conselhos Acadêmicos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

75. Os primeiros anos do século XXI foram marcados por grandes temas como a democratização do acesso à Universidade pública e a autonomia universitária. O Comitê Pró-Cotas foi criado em 2002 e em 2005, foi também criado um sistema de reserva de vagas para alunos oriundos do sistema público de ensino, envolvendo 45% das vagas para todos os cursos, das quais 36,55% para estudantes autodeclarados pretos e pardos. A experiência serviu de modelo e incentivo para diversas outras universidades brasileiras.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

76. Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

77. A União promoverá a realização de pelo menos 1 (uma) conferência nacional de educação até o final do decênio, precedida de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído na Lei nº 13.005/2014, no âmbito do Ministério da Educação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

78. A Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de acompanhamento contínuo e de avaliações periódicas, realizados por algumas instâncias dentre elas a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

79. No que diz respeito a organização e o desenvolvimento de cursos superiores a distância, devem observar as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN expedidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e a legislação em vigor.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

80. O polo de EaD é a unidade acadêmica e operacional centralizada, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos superiores a distância.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

81. A Resolução nº 7 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Segundo esta Resolução, a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à Pós-Graduação, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

82. Johann Herbart pensou a Pedagogia pela primeira vez como ciência, de modo organizado e sistemático, com finalidades claras e meios definidos. Por considerar científica, precisa comprovar-se experimentalmente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

83. John Dewey foi considerado o maior pedagogo do século XX, por trabalhar a educação nova de forma crítica. Defendia a democracia e liberdade de pensamento como instrumentos para a maturação emocional e intelectual das crianças.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

84. Na escola tradicional, o aluno é o centro do processo e o professor é mediador e facilitador da aprendizagem. Já na escola nova, o professor é detentor do saber, tendo, portanto, autoridade e sendo o modelo a ser seguido.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

85. Na teoria tecnicista os conteúdos estavam embasados na objetividade do conhecimento e os métodos eram pensados passo a passo com a utilização especialmente do livro didático; e a avaliação estava pautada na verificação formal voltada para os objetivos propostos. Chegou no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

86. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

87. O reconhecimento de curso de graduação, é condição necessária para a validade nacional do diploma. A renovação do reconhecimento deve ser solicitada pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES, junto à secretaria competente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

88. Ações afirmativas são atos ou medidas gerais e definitivas, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com os objetivos de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

89. As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

90. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

91. Para efeitos de autorização de curso, o PPC deve conter somente o corpo docente. Outros elementos do PPC entrarão para análise do reconhecimento do Curso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

92. A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

93. A Comissão Própria de Avaliação - CPA acompanha e monitora o cumprimento das metas e objetivos delineados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade. Com esse monitoramento espera-se também atualizar periodicamente o próprio PDI, de modo a ajustar metas e objetivos estabelecidos, em função das variações naturais do cenário externo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

94. Para iniciar a oferta de um curso de graduação, a IES depende de autorização do Ministério da Educação. A exceção para essa orientação, são as universidades e centros universitários que, por terem autonomia, independem de autorização para funcionamento de curso superior.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

95. As universidades devem obedecer os três pilares definidos como de sustentação do ensino superior. São eles: o ensino, a metodologia e a extensão.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

96. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, não compromete sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

97. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

98. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

99. Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

100. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO